



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Contrato de Prestação de Serviços de Suporte Técnico celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Instituto WCF – Brasil (Processo Administrativo n.º 8508915–67.2018.8.06.0001).

CT N° 58/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, e o **INSTITUTO WCF BRASIL (CHILDHOOD BRASIL)**, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) e Entidade Promotora dos Direitos Humanos, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 03.653.644/0001-77, com sede na Rua Funchal, 411 – Conjunto 114 – Vila Olímpia, São Paulo/SP, neste ato representado por sua Diretora Presidente, Sra. Heloisa de Moura Ribeiro, e pelo Diretor Vice – Presidente, Sr. Ricardo de Macedo Gaia, doravante denominados de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

- a) O presente contrato tem como fundamento as disposições contidas no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, da Lei n° 8.666/93;
- b) No pedido de Capacitação em Depoimento Especial, oriundo da Coordenadoria da Infância e da Juventude, deste Poder Judiciário;
- c) Na proposta apresentada pelo **INSTITUTO WCF BRASIL (CHILDHOOD BRASIL)**, constantes no Processo Administrativo n° 8508915–67.2018.8.06.0001;
- d) No parecer da Consultoria Jurídica, datado de 05/11/2018, devidamente aprovado pelo Exmo. Des. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O Objeto deste Contrato consiste em capacitar, presencialmente, profissionais do sistema de justiça brasileiro que atuam ou pretendem atuar em programas e serviços de tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, em especial a sexual.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Primeiro – A carga do curso é 24 horas (três dias). Os três dias são destinados a capacitar as equipes técnicas que conduzirão as entrevistas forenses nas sessões depoimento.

Parágrafo Segundo: O processo de ensino aprendizagem deve se desenvolver maneira dialógica, numa visão inter e multidisciplinar, gerando novas competências. Os participantes são concebidos como sujeitos ativos em todo o processo educativo, cultivando o respeito mútuo.

Cláusula Terceira – Das Obrigações

I – A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ministrar, por meio dos professores Benedito Rodrigues dos Santos e Marleci V. Hoffmeister, curso com o tema “A arte e a técnica da entrevista forense com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências em especial a sexual. Implementação da Lei 13.431/17”, conforme programação do evento e seguindo a metodologia e os objetivos pedagógicos propostos;
- b) Enviar à TJ, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis antes do evento, o material que será projetado durante a palestra, realizando a sua adequação, se necessário, à formatação exigida pela TJ;
- c) Providenciar, posteriormente à realização do curso, a devida emissão da nota fiscal.

II – A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Emitir os bilhetes aéreos para os palestrantes;
- b) Garantir a estadia dos palestrantes no período do evento de formação;
- c) Disponibilizar o espaço físico apropriado, bem como a estrutura e os recursos necessários à realização do curso;
- d) Fornecer, durante o curso, equipe técnica especializada para o auxílio do palestrante na utilização dos equipamentos audiovisuais e para a garantia de qualidade do som;
- e) Verificar com o docente o material a ser projetado durante o curso, garantindo a formatação adequada ao Curso e ao software disponibilizado;
- f) Fornecer ao docente as orientações necessárias quanto ao uso dos equipamentos de som e dos recursos audiovisuais disponibilizados para o curso;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- g) Efetuar o pagamento do serviço contratado nas condições e prazo definidos no contrato;
- h) Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência que interfira na realização do serviço contratado.

Cláusula Quarta – Da Coordenação, Monitoramento e Avaliação do Curso

A Coordenação Institucional será do Senhor Itamar Batista Gonçalves e a Coordenação Técnico-Científica será realizada pelo professor doutor Benedito Rodrigues dos Santos.

Parágrafo Primeiro – O Tribunal de Justiça deverá nomear um interlocutor ou equipe para coordenação conjunta do evento.

Parágrafo Segundo – Os eventuais obstáculos de execução serão resolvidos em comum acordo.

Parágrafo Terceiro – A Childhood Brasil entregará à Instituição parceira, no prazo de 15 dias, um relatório contendo: o perfil dos participantes do Seminário e do Curso, a sistematização a avaliação realizada pelos participantes, avaliação do corpo docente e avaliação de processo e produto da equipe de Coordenação do evento.

Cláusula Quinta – Do Preço e Das Condições de Pagamento

O preço global dos serviços ora contratados é de R\$ 15.873,00 (quinze mil, oitocentos e setenta e três reais) por curso, parcela única.

Cláusula Sexta– Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

04200011.02.122.500.22576.15.33903900.27000.1.20

04200011.02.128.500.18261.15.33903900.27000.1.20

Cláusula Sétima – Da Vigência

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura ou até findar as obrigações das partes, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, a ser firmado entre as partes, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Oitava – Dos Casos Omissos e Legislação Aplicável

Os casos omissos deste Contrato serão solucionados mediante entendimento entre as partes, formalizado através de troca de correspondência, firmando-se Termo Aditivo sempre que conveniente ou necessário. Aplicam-se ao presente contrato e, especialmente, aos Casos Omissos, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Nona – Da Responsabilidade Trabalhista

Fica estabelecido que a **CONTRATADA** é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais utilizados na execução dos serviços objeto do presente contrato, permanecendo a **CONTRATANTE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.

Cláusula Décima– Da Responsabilidade Contratual

Na execução deste contrato, a **CONTRATADA**, sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, poderá se utilizar de apoio técnico de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que a responsabilidade imediata pela direção e coordenação dos trabalhos será exercida pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo: Não caracteriza subcontratação a eventual utilização de serviços de terceiros, às expensas e sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que permitam a esta executar diretamente o objeto deste Contrato.

Cláusula Décima Primeira – Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou com base nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8666/93.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de rescisão do presente Contrato, o **CONTRATANTE** efetuará os pagamentos devidos pela execução dos serviços até então realizados.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão previstos no art. 78 combinado com os artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de a **CONTRATANTE** desistir da realização do curso até 20 (vinte) dias antes do início das aulas, deverá ressarcir a **CONTRATADA** de todos os gastos comprovadamente contraídos até a data da desistência.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Gerais

As Partes asseguram, na forma da lei, que, durante a execução deste contrato, nenhuma delas fornecerá ou se comprometerá a fornecer, a quem quer que seja, bem como aceitará ou se comprometerá a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou não-financeira, e benefícios de qualquer espécie, que constituam prática ilegal ou de corrupção nos termos da legislação do Brasil – em especial, mas não limitada, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seja de forma direta ou indireta, seja quanto ao objeto do presente contrato, ou, de outra forma, mesmo não relacionada a este contrato, e garantem, ainda, que cumprirão e farão cumprir, por seus prepostos e colaboradores, o disposto na presente cláusula, sem prejuízo das demais obrigações assumidas em virtude deste contrato.

Cláusula Décima Terceira– Do Foro

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 28 de NOVEMBRO de 2018.

Des. Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Contratante

Sra. Heloisa de Moura Ribeiro

Diretora Presidente do Instituto WCF Brasil (CHILDHOOD BRASIL) – Contratada

Sr. Ricardo de Macedo Gaia

Diretor Vice- Presidente do Instituto WCF Brasil (CHILDHOOD BRASIL) – Contratada

TESTEMUNHAS:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO ÚNICO – PROGRAMAÇÃO DO CURSO
CAPACITAÇÃO EM ENTREVISTA FORENSE COM CRIANÇAS

XX/XX/2018	Conteúdo	Professores/ expositores
08:30 – 09:00	Credenciamento	
09:00 – 09:30	Abertura - Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Childhood Brasil	Itamar Gonçalves
09:30 – 10:30	Violências contra crianças e adolescentes no Brasil: principais tipos, características, tendências e formas de enfrentamento	Benedito dos Santos
10:30 - 12:30	Depoimento Especial no contexto nacional e internacional e as implicações da Lei 13.431/2017	Itamar Gonçalves Benedito dos Santos
12:30 – 14:00	Intervalo para o almoço	
14:00 – 15:00	Os diversos tipos de escuta, a entrevista forense e os principais tipos de protocolos	Benedito dos Santos
15:00 – 16:00	Alterando paradigmas: depoimento tradicional x versus depoimento especial	Benedito dos Santos
16:00 – 16:30	Intervalo para o café	
16:30 – 18:00	As técnicas da entrevista forense com crianças e adolescentes como facilitadora do depoimento especial	Marleci Hoffmeister e Benedito dos Santos
XX/XX/2018	Conteúdo	Professor/expositor
8:30 – 10:30	Estrutura da entrevista forense com crianças e adolescentes	Marleci Hoffmeister
10:30 – 12:30	Perspectivas do desenvolvimento infantil	Benedito Dos Santos
12:30 – 14:00	Intervalo para almoço	
14:00 – 15:00	Crianças em revelação ativa	Marleci Hoffmeister
15:00 – 16:30	Análise de caso de entrevista forense com crianças e adolescentes	Marleci Hoffmeister
16:30 – 17:00	Intervalo para o café	
17:00 -18:30	Crianças relutantes em revelar	Marleci Hoffmeister



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XX/XX/2018	Conteúdo	Professor /expositor
08:30 – 10:00	Crianças relutantes em revelar	Marleci Hoffmeister
10:00 -12:30	Análise de casos práticos de entrevista forense com crianças na justiça Brasileira	Marleci Hoffmeister
12:30 – 14:00	Intervalo para o almoço	
14:00 – 16:30	A interação com a sala de audiência: lições aprendidas e estratégias bem sucedidas	Marleci Hoffmeister e Benedito dos Santos
16:30	Intervalo para o café	
17:00 – 18:00	Role-play sobre a interação entre o entrevistador e a sala de audiência	Marleci Hoffmeister e Benedito dos Santos
18:00 – 18:30	Comentários	Marleci Hoffmeister e Benedito dos Santos
XX/XX/2018	Conteúdo	Professor /Expositor
8:30 – 12:30	Exercícios práticos de realização de entrevista forense (role-play)	Participantes
12:30 – 14:00	Intervalo para o almoço	
14:00 – 15:00	Preparação da criança e do adolescente para entrevista forense e acompanhamento	Marleci Hoffmeister e Benedito dos Santos
15:00 – 16:00	Introdução à metodologia de supervisão por pares	Marleci Hoffmeister e Benedito dos Santos
16:00 – 16:30	Intervalo para o café	
16:30 – 17:15	“Cuidando de cuidadores”: a prevenção da síndrome de <i>burnout</i> e do trauma vicário	Marleci Hoffmeister e Benedito dos Santos
17:15 – 17:45	Avaliação do curso pelos participantes	Participantes
18:00	Encerramento TJ	Anfitrião

